



Ofício nº 93/2025 - PRES

Pato Branco, *datado e assinado digitalmente.*

Assunto: Resposta aos questionamentos do Requerimento nº 635/2025, referente ao Projeto de Lei nº 107/2025

Prezado Senhor Vereador,

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Pato Branco, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições regimentais, vem por meio deste responder aos questionamentos apresentados no Requerimento nº 635/2025, que solicita informações referentes ao Projeto de Lei nº 107/2025, temos a informar o seguinte:

1. Critério utilizado para fixação do valor do auxílio-alimentação

O valor proposto no Projeto de Lei foi definido com base em **avaliação técnica e administrativa realizada pela Mesa Diretora**, considerando a necessidade de revisão dos benefícios concedidos aos servidores do Poder Legislativo, especialmente à luz da realidade orçamentária da Câmara Municipal e dos princípios da valorização funcional.

Foram levados em conta, entre outros, os seguintes elementos:

- os parâmetros utilizados por outras Câmaras Municipais do Estado;
- a realidade orçamentária da Câmara Municipal;
- valor praticado pelo Executivo municipal relacionado ao valor do Auxílio Alimentação;
- e a necessidade de valorização funcional e melhoria nas condições de trabalho, como meio de incentivo à permanência e à eficiência do serviço público.

Adicionalmente, a Mesa Diretora também considerou **o custo médio de uma refeição no município de Pato Branco**, com base em levantamento local, de modo a assegurar que o valor do auxílio seja **adequado e compatível com os preços praticados na cidade**, cumprindo sua finalidade prática de suporte à alimentação diária dos servidores.

Importa esclarecer que o auxílio-alimentação tem **natureza jurídica indenizatória, e não remuneratória**, conforme reconhecido pela jurisprudência e pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Isso significa que **não integra a base de cálculo para quaisquer vantagens permanentes ou temporárias**, nem se incorpora à remuneração para fins previdenciários ou trabalhistas.





Por fim, o valor proposto **respeita os limites previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e encontra respaldo na dotação orçamentária vigente.**

2. Estudo técnico ou parecer:

Sim. Houve manifestação técnica da Contabilidade Legislativa e parecer da Assessoria Jurídica da Câmara, que embasaram a proposta legislativa.

Os documentos estão anexados na aba documento acessório do Projeto de Lei Ordinária nº 107 de 2025.

3. Quantidade de servidores beneficiados:

Serão beneficiados **todos os servidores efetivos em exercício no quadro funcional da Câmara Municipal de Pato Branco**, ou seja, aqueles que se encontram regularmente desempenhando suas funções no âmbito do Poder Legislativo Municipal.

A medida adota **critérios objetivos**, em conformidade com os princípios da administração pública, notadamente legalidade, impessoalidade e moralidade, conforme previstos no art. 37 da Constituição Federal.

Ressalta-se que essa delimitação segue **analogia com a prática adotada pela Prefeitura Municipal de Pato Branco**, que também assegura o auxílio-alimentação aos servidores efetivos em exercício, conforme previsto em legislação própria do Poder Executivo.

Dessa forma, a Câmara busca garantir **coerência institucional e equidade no tratamento aos servidores públicos municipais**, respeitando a autonomia administrativa entre os Poderes, mas mantendo proporcionalidade nas políticas de valorização funcional.

4. Impacto financeiro anual:

O impacto financeiro anual está descrito no relatório da contabilidade anexado na aba documento acessório do Projeto de Lei Ordinária nº 107 de 2025.

Quadro 1 - Estimativa Impacto Orçamentário Financeiro				
Exercício	Cenário Base		Cenário de Projeção	
				Impacto
2025	R\$	60.834,84	R\$	90.780,00
2026	R\$	63.712,33	R\$	117.507,06
2027	R\$	66.725,92	R\$	123.065,14
			R\$	56.339,22

- O impacto orçamentário e financeiro para o ano de 2025 foi calculado considerando a hipótese da matéria proposta entrar em vigência em junho/2025, sendo assim considera-se 5 (cinco) meses da legislação atual e 7 (sete) meses da alteração proposta.





5. Incorporação à remuneração:

O auxílio-alimentação possui natureza **indenizatória**, conforme previsto no projeto, **não se incorporando à remuneração** para quaisquer fins, inclusive para cálculo de férias, 13º salário, aposentadoria e outras vantagens.

6. Encargos trabalhistas ou previdenciários:

Por ter caráter indenizatório, **não há incidência de encargos trabalhistas nem previdenciários** sobre o valor do auxílio, conforme jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

7. Previsão orçamentária:

Sim:

Órgão: 01 CÂMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01.01 Câmara de Vereadores

Ação: 010310001.2.136000 Manter as atividades administrativas, financeiras e patrimoniais

Despesa: 3.1.90.46.00.00.00 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Fonte....: 1 Recursos do Tesouro (Descentralizados)

A Mesa Diretora reafirma seu compromisso com a transparência, responsabilidade fiscal e valorização dos servidores públicos, ressaltando que o projeto visa atender à dignidade no ambiente de trabalho, sem comprometer os limites legais de gasto com pessoal.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)

Lindomar Rodrigo Brandão

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Excelentíssimo Senhor

Vereador Fabrício Preis de Mello

Câmara Municipal de Pato Branco

